

HABEAS CORPUS Nº 568.049 - MG (2020/0072851-9)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : RAFAEL MAGALHAES DE CASTRO
ADVOGADO : RAFAEL MAGALHAES DE CASTRO - MG160820
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LUIZ FERNANDES PEREIRA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de LUIZ FERNANDES PEREIRA DA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.20.004166-3/000).

Extraí-se dos autos que o paciente teve a sua prisão preventiva decretada em 07/11/2019, cujo mandato foi cumprido em 18/01/2019, por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 (tráfico de entorpecentes).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, por entender que estavam presentes os requisitos para a manutenção da custódia cautelar.

No presente *writ*, alega a ausência dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal – CPP, de modo que a imposição da prisão preventiva não estaria suficientemente justificada, uma vez que o paciente não possui envolvimento em mais nenhum outro delito e não existe indícios da participação do acusado no delito investigado.

Afirma, ainda, que o paciente possui trabalho lícito e residência fixa.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão cautelar.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a

Superior Tribunal de Justiça

existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Ministério Público Federal.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao *Parquet* para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator